

ATA DA 255ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA EMAE - EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A., REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2018.

Aos quinze dias do mês de agosto de dois mil e dezoito, às 10 horas, reuniram-se na Av. Nossa Senhora do Sabará, 5312, nesta Capital, os Membros do Conselho Fiscal da EMAE Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A, que ao final assinam a presente Ata. Presentes também o Senhor Paulo Roberto Fares – Diretor Administrativo e interino na Diretoria Financeira e de RI, o Senhor Sérgio Pinfildi – Gerente do Departamento de Finanças, Controladoria e Tarifas, o Senhor Fábio Tonetto – Contador, o Senhor Samuel Ricken – Gerente da Auditoria Independente KPMG e Paulo Roberto Lessi – Secretário Executivo, que responde pela coordenação e atendimento às atividades do Conselho Fiscal perante os órgãos da Companhia, para tratarem da seguinte pauta: **1)** Apresentação das Informações Trimestrais do 2º ITR/2018; **2)** Informações sobre as providências adotadas ao Relatório de Recomendações dos Auditores Independentes do Exercício 2017; **3)** Apreciação de Relatórios de Reunião de Diretoria - RD's; **4)** Apreciação de Ata de Reunião do Conselho de Administração – RCA; **5)** Assuntos de interesse geral. Dando início à reunião, e atendendo a prática do *Momento SSO*, foi exibido o vídeo "Avaliação de riscos" disponibilizado pelo Departamento de Desenvolvimento Organizacional e de Recursos Humanos. Em seguida, para o **item 1**, o Senhor Sérgio Pinfildi informou que o Resultado do 2º ITR não sofreu alteração em relação a apresentação efetuada no mês passado quando se tratou do fechamento de junho/18, agora revisado e avaliado pela auditoria independente KPMG. Comentou sobre os Indicadores Econômico-Financeiros e suas aplicações na EMAE. Sobre a *Evolução do Lucro no Período*, de R\$4,6 milhões em junho/17 para R\$32,3 milhões em junho/18, destacou as variações monetárias positivas da ordem de R\$36,5 milhões pela correção dos contratos de *Arrendamento e Acordo com a Sabesp*. Como destaque negativo comentou sobre o aumento nas *Provisões para Contingências Passivas* no valor de R\$9 milhões, decorrentes das atualizações necessárias sobre os processos existentes, revisões, reclassificações nas possibilidades de perdas e provisões para pagamentos envolvendo 134 processos, conforme detalhado na apresentação realizada. A *Receita Operacional Líquida* foi de R\$88,5 milhões, as *Despesas Operacionais* foram de R\$88,1 milhões e o *Resultado do Serviço* foi de R\$0,4 milhão. Assim, o *Lucro do Período* foi de R\$32,3 milhões. Também informou que a EMAE está analisando a questão da contabilização e tributação da

GAG Melhoria inclusive encaminhando o assunto para avaliação da KPMG. A EMAE, no faturamento de julho/2018, de forma conservadora, considerou a GAG Melhorias, como uma Receita. Espera-se que até o 3º ITR o assunto já esteja definido. Feitos os comentários e esclarecimentos foi encerrada a apresentação. Dando sequência, passando para o **item 2**, o Senhor Sérgio Pinfildi comentou sobre as providências adotadas ao Relatório de Recomendações dos Auditores Independentes do Exercício 2017, contando também com as contribuições dos Senhores Paulo Fares e Samuel Ricken. O Relatório é composto pela *Parte A* contendo novas recomendações e a *Parte B* com recomendações de auditorias/revisões anteriores e ainda não solucionadas. No total, foram feitos seis apontamentos pela KPMG Auditores acompanhados dos respectivos comentários da Administração da Emae, sendo que nesta reunião todos foram objetos de comentários e esclarecimentos, e também foram apresentadas as providências para cada apontamento:

Apontamento da KPMG Auditores:	Comentário da Administração:
A.1. A companhia não possui procedimentos de atualização dos saldos de depósitos judiciais. - <u>Informações da Diretoria nesta reunião:</u> Saldo total é de R\$10 milhões, sendo junto ao Banco do Brasil +-R\$8 MM e a Caixa Econômica Federal +-R\$2 MM.. Parte deste valor refere-se a cauções e depósitos vinculados. A sua atualização sem conciliação poderá gerar divergência nos valores tanto a crédito como a débito. Os depósitos são determinados judicialmente e a conciliação é fundamental para a boa gestão da conta. Já foi obtido extrato para conciliação (ainda não realizada) junto ao Banco do Brasil e, junto a Caixa Econômica isso ainda não foi possível, tendo expectativa de que as dificuldades desse banco em disponibilizar esse documento sejam superadas até o final do ano. A Diretoria tem compromisso de atuar fortemente junto a Caixa Econômica para obtenção dos extratos e assim permitir a adequada gestão dos respectivos valores.	Analizando os possíveis impactos dos valores e posterior ajuste nos controles.
A.2. Classificação dos adiantamentos a fornecedores (bens em concessão) como imobilizados, reclassificando, como ativo financeiro, somente após a emissão de nota fiscal. - <u>Informações da Diretoria nesta reunião:</u> Refere-se à valores vinculados à compras de materiais atrelados a um investimento. Já foram reclassificados e está adequado.	Analizando os possíveis impactos para posterior reclassificação.
B.1. Inexistência de controle de identificação de partes relacionadas.	Pouco volume de transações. Avaliará mudança no procedimento de cadastro e registro em contas específicas.

- Informações da Diretoria nesta reunião:

Destacado que são poucas as operações com partes relacionadas e que basicamente envolve a Sabesp e a Cesp, este em se tratando do condomínio na Sede.

Como solução foi incluído no cadastro de clientes o código "PR" que identifica a existência de uma empresa/instituição tida como "parte relacionada" e, assim, ser tratada toda e qualquer operação que venha ser realizada.

B.2. Não possui controles de revisão de lançamentos contábeis manuais.

Inclusão no MDA de alçada de aprovação.

- Informações da Diretoria nesta reunião:

São poucos os empregados que fazem essa operação, a qual é supervisionada pelo Contador.

Foi identificado um recurso no Sistema SAP que deverá ser customizado para essa função, porém requer a contratação de consultoria para realizar esse ajuste.

Um controle manual será implantado até que seja viabilizada a customização do sistema.

B.3. Não possui procedimento e controles de Inventário físico dos ativos.

Avaliará sobre realizar o inventário físico.

- Informações da Diretoria nesta reunião:

Nunca foi realizado inventário físico dos ativos, apenas é feito para materiais (almoxarifado).

Está previsto até 2019 que para esse trabalho seja realizado, juntamente com a área Técnica.

B.4. Falta de evidências formalizadas do processo de revisão do cálculo atuarial.

Controles aderentes e adequados.

- Informações da Diretoria nesta reunião:

a- Não há o que acrescentar ao comentário já realizado. Apenas caracteriza ponto de vista diferenciado. A Administração tem segurança satisfatória com o processo que é realizado atualmente.

b- Formalizar um procedimento no processo de troca de informações entre a EMAE e a Fundação.

Esse procedimento será revisado pela KPMG ainda nesse exercício e se viável o apontamento não será mais reiterado.

Ato contínuo, o Senhor Samuel Ricken teve a palavra para apresentar a metodologia aplicada pela KPMG aos trabalhos desenvolvidos para a realização das revisões e fechamentos das Informações Trimestrais e também das Demonstrações Financeiras Anuais, tendo sido feitos comentários e respondido aos questionamentos feitos pelos conselheiros. Nesta oportunidade o Senhor Paulo Fares proferiu comentário acerca da frequente e expressiva variação que tem ocorrido entre os valores cotados pela Emae, para balizamento de

preços das licitações e os valores efetivamente contratados. Enfatizou que quando o serviço/produto é cotado no mercado o valor apresentado pelas empresas tem sido muito superior ao valor apresentado na licitação. Frente essa situação exemplificou um processo de seguro de riscos operacionais onde o valor cotado foi de R\$400 mil e a contratação concluída em R\$140 mil. Informou que essa situação tem sido frequente nos processos licitatórios da Emae. Também comentou que o Conselho de Administração manifestou interesse em convidar o Conselho Fiscal para participar das reuniões daquele colegiado nas oportunidades em que ocorram as apresentações e deliberações das Informações Trimestrais, situação essa que ainda será avaliada e oportunamente encaminhada ao Conselho Fiscal. Em seguida, no **item 3** Relatórios de Diretoria – RD's e para o **item 4** Atas de Reunião do Conselho de Administração – RCA's, nada houve para comentar de ambos. No **item 5** Assuntos de interesse geral, registre-se que foi disponibilizada no site a seguinte documentação: i- apresentações do 2º ITR2018 e da Metodologia KPMG, e arquivos de Demonstrações, Notas Explicativas e Parecer da KPMG; ii- Carta de Recomendação dos Auditores DF's 2017; iii- Relatório de Passivos Judiciais base do 2º ITR2018; iv- Relatórios de RD nº 757 a nº 759; v- Atas de reunião do CA nº 337 e 338; vi- Relatório de Follow-up do CF status 13/08/2018; vii- Comunicado sobre o período de sigilo de 06/08/2018; viii- Vídeo Momento SSO – Avaliação de Riscos; ix- Regimento Interno para revisão final enviado por e-mail em 16/8, ficando sua aprovação para a próxima reunião do colegiado. A próxima reunião está agendada para o dia 19/setembro. Foi aprovado o texto e assinada a ata da 254ª RCF. Nada mais havendo para ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente Ata, que segue assinada pelos Conselheiros participantes.



Fabio Bernacchi Maia



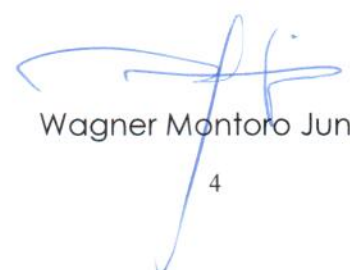
Fernanda Montenegro M. Rizek



Marco Antonio Castello Branco



Pedro Henrique G. Guerra



Wagner Montoro Junior